

ÁREA TEMÁTICA: Empreendedorismo e Startups

EMPREENDEDORISMO E LIBERDADE ECONÔMICA: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA
E AGENDA DE PESQUISA FUTURA.

Resumo: O presente estudo realiza uma revisão sistemática da literatura sobre a relação existente entre empreendedorismo e liberdade econômica, apresentando uma análise bibliométrica e propõe um direcionamento para futuras pesquisas. Utilizando as bases de dados *Web of Science* e *CAPES Periódicos*, identificou-se artigos publicados entre 2020 e 2025 nas áreas de administração, economia e direito sobre liberdade econômica e empreendedorismo. A análise de dados com auxílio do software *VOSviewer* revelou a ausência significativa dos termos em português "liberdade econômica" e "empreendedorismo" nos artigos científicos, evidenciando uma lacuna na pesquisa acadêmica brasileira. O artigo enfatiza a necessidade de investigações acadêmicas empíricas que avaliem o impacto da Lei de Liberdade Econômica de 2019 no empreendedorismo no Brasil, especialmente no que tange às micro e pequenas empresas. Este trabalho busca contribuir para a literatura existente e incentivar estudos que aprofundem a compreensão da relação entre liberdade econômica e empreendedorismo no contexto brasileiro.

Palavras Chaves: Empreendedorismo; Liberdade Econômica; Micro e Pequenas Empresas.

Abstract: The present study carries out a systematic review of the literature on the relationship between entrepreneurship and economic freedom, presenting a bibliometric analysis and proposing a direction for future research. Using the Web of Science and CAPES Periódicos databases, articles published between 2020 and 2025 in the areas of administration, economics and law on economic freedom and entrepreneurship were identified. Data analysis with the help of the VOSviewer software revealed the significant absence of the Portuguese terms "economic freedom" and "entrepreneurship" in scientific articles, highlighting a gap in Brazilian academic research. The article emphasizes the need for empirical academic investigations that evaluate the impact of the 2019 Economic Freedom Law on entrepreneurship in Brazil, especially with regard to micro and small companies. This work seeks to contribute to the existing literature and encourage studies that deepen the understanding of the relationship between economic freedom and entrepreneurship in the Brazilian context.

1. INTRODUÇÃO

Pesquisadores tem se debruçado sobre a potencial relação existente entre liberdade econômica e empreendedorismo com estudos empíricos que evidenciam a relação no ambiente institucional no qual se operam essas variáveis (Sobel, 2005; Sayed *et. al.*, 2024; Khyareh *et. al.*, 2023). Liberdade econômica e empreendedorismo são também conceitos sócio-políticos mensuráveis por *think tanks* americanas como Instituto *Heritage Foundation* em parceria com *The World Bank*, a canadense *Fraser Institution* e o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) cujos dados servem de indicadores para governos para formulação de políticas públicas de fomento, instrumentos de análise de investidores e de acadêmicos (Ferreira, 2023).

Os estudos anuais do GEM nos países têm sido utilizados como uma profícua base de dados em pesquisas acadêmicas, servindo de observatório e mensuração da atividade empreendedora em todo o mundo (Lepoutre *et. al.*, 2013; Roomi, *et. al.* 2021). O índice de liberdade econômica desenvolvido pelo *Heritage*

Foundation reúne dados anualmente coletados de cerca de 184 países classificando-os em livre, majoritariamente livre, majoritariamente não livre e reprimido quanto à liberdade econômica (Heritage Foundation, 2024). O Brasil apresentou resultado no *ranking* de liberdade econômica no ano de 2024 (Heritage Foundation, 2024), alcançando a 124ª posição mundial dentre os 184 países pesquisados pela *think tank* americana, considerado assim majoritariamente não-livre. Já no índice elaborado pela *Fraser Institute* galga a 85ª posição mundial entre 165 países (Fraser Institute, 2024) melhorando significativamente em comparação ao ano de 2022 cuja posição foi a 114ª no *ranking* mundial (Fraser, Institute, 2022).

A definição de liberdade econômica do precursor do liberalismo, Adam Smith (1996, pag. 186) como “o esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade” tem levado governos à formulação de políticas econômicas e modelos de regras e normas formais que possam favorecer o desenvolvimento econômico e bem estar sem intervencionismos estatais desnecessários (Sayed *et. al.*, 2024).

O empreendedorismo no mundo é estudado sob diferentes óticas acadêmicas à luz das teorias organizacionais como a teoria institucional de North (1990) para quem o ambiente institucional, formado de regras e normas, formais e informais, matizam as incertezas do ambiente econômico para que os agentes e organizações surjam na busca de diversos objetivos e empreendimentos. O Estado assume o papel do *enforcement* (fomentador) da base legal agindo pela manutenção e formação das regras formais para garantir os direitos de propriedade (Gala, 2003).

No Brasil, em 2019, o governo promulgou a Lei n.º 13.874 que declarou os direitos de liberdade econômica no afã de criar um ambiente menos burocrático e mais barato em custos de abertura, operação e encerramento de empresas para o desenvolvimento do empreendedorismo tanto para as empresas como empreendedores pessoas físicas (Branco, 2021). Uma das razões na exposição de motivos para a promulgação do diploma legislativo foi a posição do Brasil no ranking mundial de liberdade econômica no ano de 2018, 143º, sendo classificado como majoritariamente não livre, segundo o índice de liberdade econômica publicado pela *Heritage Foundation*.

Todavia, as pesquisas acadêmicas brasileiras, sobretudo em administração e economia, têm apresentado lacunas na literatura sobre a conexão existente entre liberdade econômica e empreendedorismo. Passados mais de 5 anos após a promulgação da Lei de Liberdade Econômica, a pesquisa científica empírica sobre liberdade econômica e empreendedorismo merece maior atenção dos pesquisadores brasileiros pela importância teórica e prática do tema bem como pelo razoável transcurso do tempo desde a promulgação da Lei para aferição de seus possíveis efeitos concretos no ambiente institucional brasileiro, justificando, assim, a presente pesquisa.

A questão de pesquisa que norteia este artigo é: quais as características dos estudos sobre empreendedorismo no contexto da liberdade econômica nas áreas de administração e economia? O objetivo do estudo é descrever as principais características dos estudos sobre empreendedorismo no contexto da liberdade econômica nas áreas de administração e economia.

O estudo bibliométrico pode oferecer diretrizes para o início das pesquisas bem como caminhos para novas abordagens sobre o tema e suas correlações com outros possibilitando gerar novos conhecimentos ao extrair dados existentes da

literatura bibliográfica nas bases de dados bem como validando os trabalhos da comunidade científica. A sistemática proposta poderá facilitar a interdisciplinariedade com as demais áreas do conhecimento como ciência política e estudos sociais.

O artigo apresenta além desta introdução, o referencial teórico, o método de pesquisa, apresentação dos dados, análise e discussão, e, considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Empreendedorismo e Teoria Institucional

Sorensen (2003) identifica dois elementos nos vários conceitos de empreendedorismo. O primeiro envolve a percepção e tentativa de explorar uma nova oportunidade de negócio, tanto no conceito disruptivo shumpeteriano em termos de inovação ou de forma mais modesta advinda de um desequilíbrio do mercado. O segundo, como a usual definição de atividade de organizar, operar e assumir riscos de um novo negócio. Longe de perfilar definições de empreendedorismo busca-se enfoca-lo à luz da teoria institucionalista de North (1990) e a Escola de Pensamento do Ambiente (Van de Ven, 1993).

Baumol *et. al* (2009) identificaram que as instituições enquanto conjunto de normas criam uma estrutura de incentivos bem como determinam a capacidade empreendedora de uma nação. Woolley (2017) identifica pilares da infraestrutura para o empreendedorismo: dotação de recursos; recursos básicos para ciência básica e conhecimento tecnológico; suporte privado para as dotações de recursos; apoio governamental à criação e difusão do conhecimento; apoio governamental ao empreendedorismo baseado na suposição de que empreendedorismo é um fenômeno local e que certos recursos específicos do local são necessários para empresas serem criadas.

Empreendedores estão incorporados em instituições multiníveis, desde o familiar à estrutura político-econômica do país (Zhai *et. al.*, 2019). A teoria institucional é conhecida pelo estudo macro das forças econômicas no contexto social e econômico, como também por analisar o comportamento dos indivíduos e organizações, suas preferências e demais forças externas (Ahlstrom, 2010). O pilar da estrutura regulatória se assenta nas leis e regulamentos relativamente racionais elaborados pelos governos que moldam o comportamento dos indivíduos e das organizações. O pilar cognitivo, em contraponto, é construído com o passar do tempo, e se solidifica com uma ordem fatural, um estado natural, percebido como objetivo e externo aos indivíduos (North, 1990). A cultura é algo que transmite tanto a ordem regulatória como a cognitiva (Zhai *et. al.*, 2019).

Empreendedorismo é um fenômeno dinâmico que transforma oportunidades em valor (Zhai *et. al.*, 2019). O ambiente institucional, por outro lado, molda e limita as oportunidades afetando a capacidade de criação de novos empreendimentos (Ahlstrom, 2010). Pesquisas sugerem que ambientes institucionais inadequados implicam negativamente na criação de empreendimentos, enquanto ambientes institucionais com maiores restrições regulatórias dificultam a criação de empresas (Baumol *et. al*, 2009; Garcia-Rodríguez, 2017).

A burocracia pode reduzir os níveis de empreendedorismo travando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Estudo empírico de Sorensen (2006) reforça a relação negativa entre burocracia e empreendedorismo e também encontra reforço à afirmação de que elementos contextuais são importantes ao seu desenvolvimento.

Corsino *et. al.* (2019) expõem quatro pontos a serem observados em relação ao ambiente institucional: A capacidade de reduzir ou não custos na realização de contratos; a capacidade de facilitar ou não a realização das transações de mercado; a capacidade de promover ou não um cenário favorável ao investimento e se estimula ou não os indivíduos a assumirem riscos criando empreendimentos.

O ecossistema empreendedor, como a estrutura que explica como características socioeconômicas e as instituições influenciam o empreendedorismo, é um modelo que tem atraído pesquisadores sobre o fenômeno. De uma abordagem holística para melhor entender o fenômeno do empreendedorismo, os defensores do conceito de ecossistema empreendedor partem da ideia de que empreendedorismo faz parte de um ecossistema mais amplo e não pode ser estudado como um evento isolado (Azmi *et. al.*, 2023). Todavia, pesquisadores devem avaliar as características institucionais de um país com respeito a fenômenos específicos em vez de generalidades.

Em países em desenvolvimento como o Brasil, no longo prazo, a infraestrutura influencia na atividade empreendedora em estágio inicial (Azmi, *et. al.*, 2023). O foco da pesquisa cinge-se ao Brasil o que permitirá obter importantes *insights* sobre as instituições brasileiras em correlação com o empreendedorismo.

2.2. Empreendedorismo e Liberdade Econômica

O ambiente institucional demonstra o nível de liberdade econômica de uma sociedade (Özkul, 2020). A liberdade econômica é um conceito mensurado por *think tanks* como o instituto *Heritage Foundation* em parceria com o Banco Mundial, e *Fraser Institution*, composto por critérios e classificações que variam entre essas entidades.

O instituto *Heritage Foundation* classifica o grau de liberdade econômica dos países em “livre”, “majoritariamente livre”, “majoritariamente não livre” e reprimido seguindo apuração individual das doze categorias/critérios em que se subdivide a liberdade econômica. As pontuações próximas a 100 indicam mais liberdade enquanto as próximas de zero indicam menor liberdade (Ahmed *et. al.*, 2023). O instituto Fraser mensura a liberdade econômica em 15 categorias/critérios apurando cada um em pontuações que variam de 0 à 10.

Não obstante, a diferenciação dos métodos estatísticos de mensuração da liberdade econômica entre os institutos, algumas categorias e critérios são comuns em ambos índices: direitos de propriedade, liberdade de trabalho, liberdade negocial, liberdade financeira (De Haan *et. al.*, 2000).

É atribuído à Adam Smith a origem do conceito de liberdade econômica como “o esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva frequência obstrui seu exercício, embora não se possa negar que o efeito desses obstáculos seja sempre interferir, em grau maior ou menor, na sua liberdade ou diminuir sua segurança” (Smith, 1996, pag. 189”).

A literatura existente sugere a influência da liberdade econômica no crescimento econômico, redução de desemprego e desigualdade social (Cervelló-Royo, Devece & Blanco-González, Tejero, 2023 e Haan, J.-E. Sturm, 2000).

Pesquisas empíricas confirmam o impacto positivo da liberdade econômica no empreendedorismo (Dang *et. al.*, 2024; Khyareh *et. al.*, 2023; Özkul, 2020).

Liberdade econômica é um fator essencial para promover o espírito empreendedor pois cria um ambiente favorável ao empreendedorismo minimizando barreiras regulatórias e excessos governamentais (Dang *et. al.*, 2024).

Em 2019, no Brasil, o Governo Federal iniciou a criação de um ambiente institucional que fosse positivo para os empreendedores brasileiros, declarando direitos de liberdade econômica e desburocratizando a abertura e funcionamento de empresas, sobretudo que exercem atividades de baixo risco, dispensando alvarás, licenças, concessões e diversos atos administrativos, com a promulgação da lei de liberdade econômica (Souza, 2022). A análise da legislação sugere que ao minimizar a burocratização para abertura e funcionamento das empresas, além de conferir direitos de liberdade econômica pretende-se conferir maior liberdade comercial e de trabalho aos empreendedores brasileiros. Diversos dispositivos no corpo da lei sugerem a proteção patrimonial das empresas endossando a *prima facie* os direitos de propriedade.

Tais categorias da liberdade econômica podem ser mensuradas individualmente (Sayed, 2024). Urge, portanto a necessidade de pesquisas nacionais sobre a correlação existente entre liberdade econômica e empreendedorismo com foco no Brasil após o ano de 2019, data da criação da lei de liberdade econômica.

3. MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa tem natureza qualitativa do tipo descritiva com a aplicação de um estudo bibliométrico. Foram selecionados artigos científicos existentes nas bases *Web of Science/Clarivate* e no portal CAPES Periódicos das áreas de administração, economia e direito que tratam dos temas de empreendedorismo e liberdade econômica publicados nos últimos 5 anos incluindo o ano de 2025, ou seja, desde o ano de 2020, considerando que a publicação da lei se deu em novembro de 2019.

Os filtros aplicados na base *Web of Science* foram as categorias: economia, negócios, administração, direito, ciência política, estudos de desenvolvimento, finanças e ciências ambientais. Os filtros aplicados na plataforma CAPES periódicos foram as áreas ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

O total de artigos encontrados na base *Web of Science* foi de 222, enquanto na base CAPES Periódicos o número de artigos foi de 2 artigos. O critério adotado para os artigos selecionados foi conter no texto as palavras-chave “liberdade econômica” e “empreendedorismo” correlacionadas, e, as mesmas palavras em inglês “*economic freedom*” e “*entrepreneurship*”. Procedeu-se a busca em ambas as bases de periódicos com as mesmas palavras-chave.

Após a busca, os artigos foram exportados da base *Web of Science* em único arquivo no formato Ris contendo os 222 artigos de periódicos. Foram encontrados 2 artigos na base CAPES periódicos.

Para o tratamento dos dados e análise foi utilizado o *software Wosviewer* (WOS) e *Mendeley* a fim de verificar o processo de repetição das palavras-chaves, com ênfase na Lei de Zipf que, de forma, resumida está relacionada com a frequência da aparição das palavras em um texto e determina assim a indexação (Silva, 2021). O *Wosviewer* é um software gerenciador de trabalhos acadêmicos que auxilia na organização de pesquisadores, periódicos, palavras-chaves, citações dentre outros construindo mapas bibliométricos ligando os termos.

Em seguida procedeu-se a leitura do arquivo Ris pelo *Wosviewer* para a seleção das palavras pertinentes ao objetivo da pesquisa. Por fim, a análise de citação dos artigos foi realizada pelo Microsoft Excel 2019.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1. Análise da relação Empreendedorismo e Liberdade Econômica dos periódicos *Web of Science*

As tabelas que se seguem demonstram a evolução das pesquisas sobre a correlação empreendedorismo e liberdade econômica no interregno dos últimos 5 anos, considerando a promulgação da Lei de Liberdade Econômica no Brasil. Conforme se extrai da tabela 1 há um crescimento nas publicações sobre os temas relacionados desde 2023 com uma diminuição nos anos que sucederam 2020. Os artigos publicados no ano de 2025 são limitados dada a data da realização da presente pesquisa.

Tabela 1- Distribuição do número de artigos publicados que relacionam empreendedorismo e liberdade econômica

ANO DE PUBLICAÇÃO	N.º DE REGISTRO	% of 207
2025	5	2.415
2024	44	21.256
2023	42	20.290
2022	36	17.391
2021	35	16.908
2020	45	21.739

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Verifica-se que não foram encontrados autores brasileiros nas bases da *Web of Science* que publicam com frequência sobre a relação empreendedorismo e liberdade econômica. A tabela 2 demonstra até o limite de 25 os autores que mais publicam sobre a correlação empreendedorismo e liberdade econômica. Verifica-se que Bennett D. L. tem mais publicações de artigos, seguido de Audretsch D. B, Boudreaux C. J, Saunoris J. W. e Sobel R. S que têm o mesmo quantitativo de artigos.

Tabela 2 – Distribuição do número de autores que mais publicam sobre a relação empreendedorismo e liberdade econômica

AUTORES	N.º de REGISTROS	% of 207
Bennett DL	6	2.899
Audretsch DB	4	1.932
Boudreaux CJ	4	1.932
Saunoris JW	4	1.932
Sobel RS	4	1.932
Ajide FM	3	1.449

Bjornskov C	3	1.449
Cebula RJ	3	1.449
Dove JA	3	1.449
Fernandes CI	3	1.449
Nikolaev B	3	1.449
Ovaska T	3	1.449
Takashima R	3	1.449
Anderson A	2	0,966
Aparicio S	2	0,966
Boudreaux C	2	0,966
Brieger SA	2	0,966
Chukreyev AA	2	0,966
Cowen N	2	0,966
Darnihamedani P	2	0,966
Dove LR	2	0,966
Dutta N	2	0,966
Elert N	2	0,966
Facchini F	2	0,966
Ferreira JJ	2	0,966

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Aponta-se uma grande lacuna nas pesquisas acadêmicas brasileiras sobre a relação empreendedorismo e liberdade econômica mesmo após a promulgação da Lei de Liberdade Econômica no Brasil, que tem por finalidade criar um ambiente institucional favorável à s empresas brasileiras, sobretudo as micro e pequenas empresas que, conforme dados do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Portal Gov., 2024), o percentual de 93,4% das empresas ativas brasileiras no segundo quadrimestre do ano de 2024.

A literatura existente (Dang *et. al.*, 2024; Khyareh *et. al.*, 2023; Özkul, 2020) sugere um impacto positivo da liberdade econômica no empreendedorismo e no crescimento econômico. Especula-se que com o momento de crise sanitária experienciado nos anos 2020 a 2022 que ocasionou uma crise econômica global, explique a redução da produção acadêmica sobre a relação da liberdade econômica e empreendedorismo em nível mundial. Todavia, o início da recuperação econômica em 2022 no Brasil poderá ser estudado à luz da teoria institucional com enfoque na liberdade econômica no empreendedorismo brasileiro, pela razão da existência da Lei de Liberdade Econômica no país criando ambiente institucional propício ao empreendedorismo o que poderá confirmar a literatura existente.

Contudo, com uma busca com a palavra-chave “liberdade econômica” verifica-se que os artigos científicos brasileiros sobre liberdade econômica são em grande maioria sobre a Lei de Liberdade Econômica da área de direito, averiguando aspectos como constitucionalidade e impactos no sistema jurídico brasileiro. Foram encontrados 2 artigos acadêmicos brasileiros que verificam os impactos econômico da liberdade econômica no empreendedorismo brasileiro no período de 2020 a 2025 na base CAPES periódicos.

A pesquisa bibliográfica cingiu-se a encontrar artigos de periódicos nas bases CAPES periódicos e *Web of Science*. Com a modificação do sítio na internet

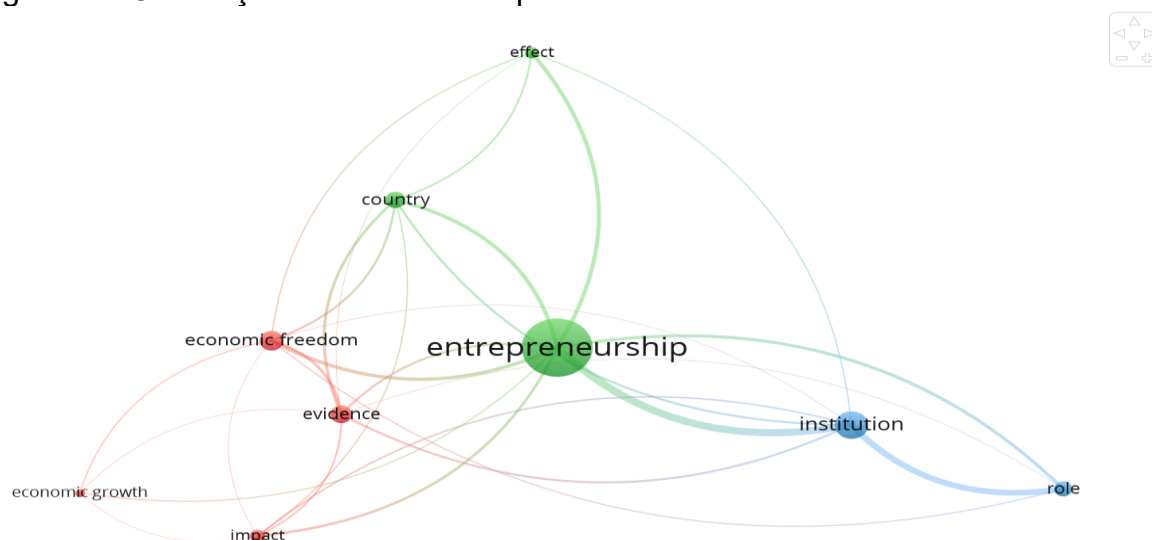
da base CAPES periódicos não há atualmente opção de exportação dos resultados de busca dificultando a apresentação dos resultados pelo que a presente pesquisa encontra seus limites em identificar autores e periódicos brasileiros que publicam sobre o tema.

4.2. Análise da interligação entre empreendedorismo e liberdade econômica e as ocorrências de palavras chaves dos periódicos *Web of Science*

O mapa da figura 1 explicita a cadeia de interligações entre as palavras chave “*entrepreneurship*” e “*economic freedom*”. Neles encontramos os termos em inglês: “*effect*”, “*country*”, “*evidence*”, “*impact*”, “*economic growth*”, “*institution*” e “*role*”. Pode-se notar a interligação dos termos os efeitos da correlação liberdade econômica e empreendedorismo. Não foram encontrados os termos “liberdade econômica” e “empreendedorismo” em português. As co-ocorrências dos termos evidenciam o nível da densidade das pesquisas acadêmicas sobre os termos relacionados com o tema central “empreendedorismo”.

Verifica-se também a existência de 9 *clusters* dos termos entre si. Todos são correlacionados uns aos outros evidenciando os esforços das pesquisas acadêmicas em administração e sobretudo economia sobre a relação entre empreendedorismo e liberdade econômica, empreendedorismo e instituições, liberdade econômica e instituição, efeitos e liberdade econômica, liberdade econômica e crescimento econômico, empreendedorismo e crescimento econômico, instituições e crescimento econômico. A ausência dos termos em português “liberdade econômica” e “empreendedorismo” na figura 1 sugerem uma lacuna nas pesquisas brasileiras a respeito dos temas relacionados.

Figura 1 – Correlação dos Termos Empreendedorismo e Liberdade Econômica.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O tema empreendedorismo vincula temas variados como o papel das instituições e crescimento econômico. Os termos “*institution*”, “*economic freedom*” e “*role*” sugerem como as instituições e políticas públicas podem moldar o empreendedorismo. Essas conexões podem informar a importância das políticas

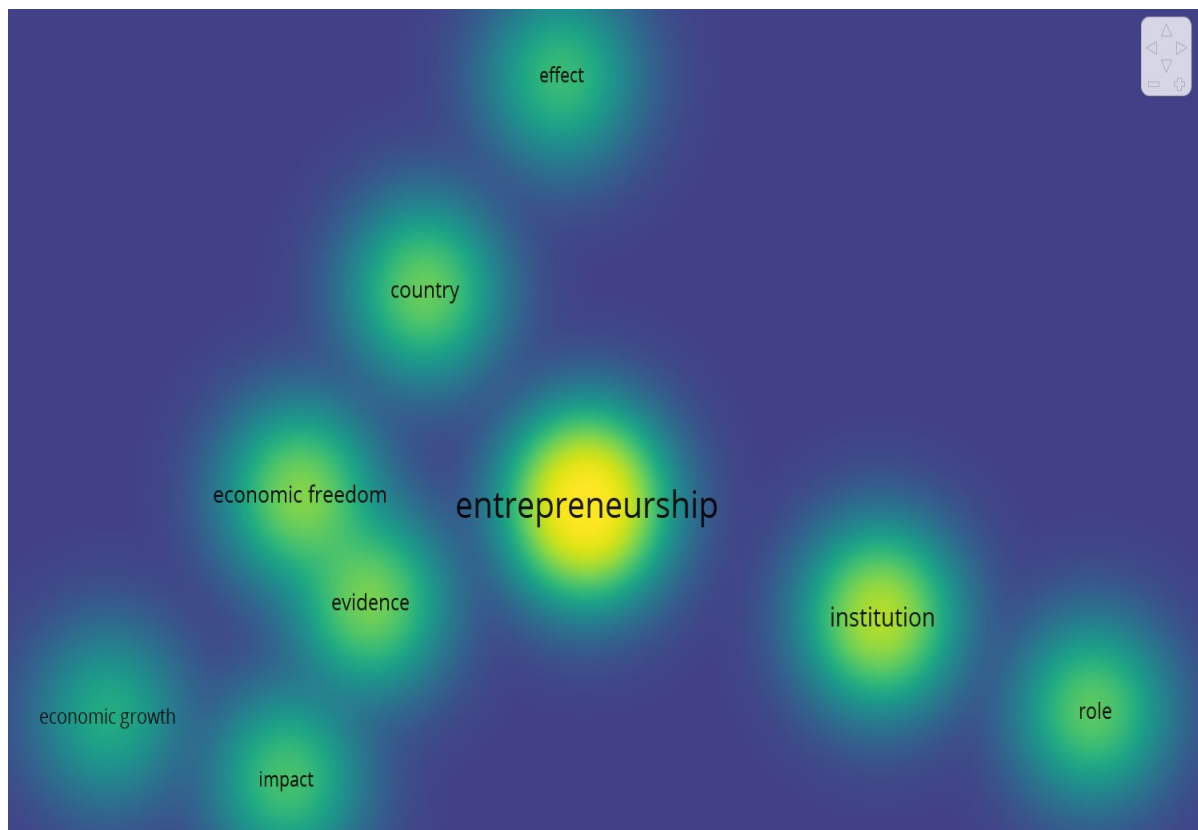
públicas de fomento voltadas ao empreendedorismo. Demonstra-se a necessidade de compreender o papel da liberdade econômica para ajudar governos a implementar ambientes institucionais mais favoráveis a atividade empreendedora.

O agrupamento de “*impact*”, “*evidence*” e “*economic growth*” evidencia o papel relevante de mensurar o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconômico. A pesquisa empírica sobre os temas pode explorar como as micro e pequenas empresas impulsionam o crescimento econômico, criam empregos e podem melhorar a distribuição de renda. O termo “*country*” sugere que as condições específicas de um país como o ambiente institucional pode exercer impacto significativo no empreendedorismo.

Essa análise fornece *insights* acadêmicos, mas também pode guiar ações práticas tanto como a adoção de estratégias empresariais quanto guiar ações de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo nos países.

A Figura 2 expõe a densidade ou mapa de calor dos termos mais frequentes nos periódicos com a forte incidência dos termos “*effect*” (efeito), “*country*” (país), “*economic freedom*” (liberdade econômica), “*entrepreneurship*” (empreendedorismo), “*evidence*” (evidência), “*economic growth*” (crescimento econômico), “*impact*” (impacto), “*institution*” (instituição) e “*role*” (papel). A densidade da cor representa os *clusters* ou grupo de palavras chaves que tem forte relação entre si. Os termos “*economic growth*” e “*economic freedom*” estão agrupados em torno de estudos que investigam o impacto do empreendedorismo nas liberdades econômicas e no crescimento econômico. “*institution*”, “*role*” e “*country*” revelam outro *cluster* sugerindo a análise do papel de instituições e contextos geográficos para o sucesso do empreendedorismo.

Figura 2 – Densidade dos Termos



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Países desenvolvidos tendem a focalizar em empreendedorismo de alto impacto tecnológico e inovação. Países em desenvolvimento podem abordar o empreendedorismo como solução para as desigualdades sociais (Urbano *et. al.*, 2023). O contexto socioeconômico dos países indica quais políticas públicas podem ser adotadas para o desenvolvimento da atividade empreendedora e direcionamento do foco de atividade.

Com base na literatura acadêmica fica evidenciada uma relação direta do papel das instituições e da liberdade econômica e os seus impactos no empreendedorismo nos países e no crescimento econômico deles.

A ausência dos termos em português “empreendedorismo” e “liberdade econômica” nas figuras 1 e 2 indicam lacunas nas pesquisas brasileiras que relacione os termos nas áreas de administração e economia ou que há um foco limitado nas pesquisas. Essa ausência pode apontar para um espaço ainda pouco explorado no âmbito acadêmico brasileiro e que pode representar um vasto potencial de contribuição para a compreensão da liberdade econômica sobretudo após o advento da Lei de Liberdade Econômica promulgada em 2019 no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo descrever as características das pesquisas acadêmicas sobre a relação entre empreendedorismo e liberdade econômica nas áreas de economia, administração e direito. A pesquisa demonstra a robusta relação entre os termos empreendedorismo e liberdade econômica no contexto internacional e revela o incipiente interesse das pesquisas acadêmicas brasileiras que investigam a relação entre liberdade econômica e empreendedorismo, sobretudo nas áreas de administração e economia, cingindo-se às pesquisas acadêmicas de repercussões jurídicas no sistema brasileiro.

O estudo, no entanto, apresenta limitações relevantes a serem consideradas como a dificuldade de exportação dos resultados da base Capes Periódicos, o foco nas áreas de administração, economia e direito o que pode ter excluído contribuições relevantes de outras áreas como políticas públicas e ciências sociais, e, a análise temporal de busca de periódicos somente entre 2019 e 2025 o que exclui importantes contribuições acadêmicas em períodos pretéritos.

Sugere-se pesquisas empíricas que investiguem a influência do atual ambiente institucional brasileiro com a Lei de Liberdade Econômica no empreendedorismo brasileiro como abertura de novas empresas, a percepção de novas oportunidades de negócio pelos empreendedores brasileiros e o impacto nas micro e pequenas empresas que constituem a maioria dos empreendimentos formais no Brasil, sobretudo as que exercem atividade de baixo risco. Sugere-se ainda estudos sobre os efeitos da liberdade econômica no longo prazo em contextos econômicos regionais no Brasil e a integração de conhecimentos da área de sociologia e ciência política para entender como a liberdade econômica pode moldar o ecossistema institucional brasileiro. Estudos comparativos entre os municípios e estados brasileiros em nível de liberdade econômica podem trazer lume sobre as desigualdades sociais e desenvolvimento humano servindo para a criação de políticas públicas locais de desenvolvimento.

Ainda, é essencial a expansão da análise da correlação entre liberdade econômica e temas importantes como sustentabilidade, saúde, tolerância, inclusão e gênero em abordagens interdisciplinares. A multidimensão do tema liberdade econômica permite a avaliação de seu impacto no mercado de trabalho, na geração de empregos formais e informais e empregabilidade. Há necessidade ainda de avaliar a correlação entre liberdade econômica e educação. Estudos comparativos entre outros países em desenvolvimento e seus modelos educacionais sobretudo voltados à educação empreendedora e desenvolvimento de habilidades empresariais.

REFERÊNCIAS

Ahlstrom, D., & Bruton, G. D. (2010). Rapid institutional shifts and the co-evolution of entrepreneurial firms in transition economies. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 34(3), 531–554. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00373.x>

Ahmed, S., Mushtaq, M., Fahlevi, M., Aljuaid, M., & Saniuk, S. (2023). Decomposed and composed effects of economic freedom on economic growth in south Asia. *Heliyon*, 9(2). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e13478>

Awoa Awoa, P., Oyono, J. C., Ngah Atangana, B., Okere Atanga, D., & Zeh, I. P. (2022). Natural resource and entrepreneurship: Economic freedom matters. *Resources Policy*, 79. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2022.103114>

Azam Roomi, M., Manuel Saiz-Alvarez, J., Coduras, A., Galindo-Martín, M.-A., Méndez-Picazo, M.-T., & Castaño-Martínez, M.-S. (2021). *Measuring Sustainable Entrepreneurship and Eco-Innovation: A Methodological Proposal for the Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*. <https://doi.org/10.3390/su>

Azmi, K., & Azmi, R. (2023). Exploring the Relationship between Infrastructure and Entrepreneurial Development in BRICS Countries « PMGARDL» approach. *E3S Web of Conferences*, 418. <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202341804001>

Baumol, W.J. (1990), “Entrepreneurship: productive, unproductive, and destructive”, *Journal of Political Economy*, Vol. 98 Nos 5/Part 1, pp. 893-921.

Bhat, S., & Khan, R. (2014). Entrepreneurship and Institutional Environment: Perspectives from the Review of Literature. In *European Journal of Business and Management www.iiste.org ISSN* (Vol. 6, Issue 1). Online. www.iiste.org

Branco, Luiza Szczerbacki Castello. (2021.). Mapeamento das “Leis de Liberdade Econômica” após a Promulgação da Lei nº 13.874/2019: Resultados Preliminares. In: V Fórum Mackenzie de Liberdade Econômica, 2021, São Paulo. Anais do Fórum Mackenzie de Liberdade Econômica. São Paulo: Even3, 2021. v. 5.

Bruton, G. D., Ahlstrom, D., & Li, H. L. (2010). Institutional theory and entrepreneurship: Where are we now and where do we need to move in the future? *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 34(3), 421–440. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00390.x>

Cervelló-Royo, R., Devece, C., & Blanco-González Tejero, C. (2023). Economic freedom influences economic growth and unemployment: an analysis of the Eurozone. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 36(2). <https://doi.org/10.1080/1331677X.2023.2175007>

Chen, W., Chen, Y., Wu, Z.-H., & Zhao, N. (2018). *GEP 2018-15 Government Intervention, Innovation, and Entrepreneurship* Government Intervention, Innovation, and Entrepreneurship *. <http://ideas.repec.org/s/grz/wpaper.html>

Dang, B. U. U. K., & Nguyen, K. D. (2024). The effect of the shadow economy and economic freedom on entrepreneurship: An empirical study in asian countries. *Journal of Developmental Entrepreneurship*. <https://doi.org/10.1142/S108494672450017>

De Haan, J., & Sturm, J.-E. (2000). On the relationship between economic freedom and economic growth. In *European Journal of Political Economy* Ž (Vol. 16).

Espírito, M. O., Corsino, S., Augusto, M., & Mariani, P. (n.d.). *Ambiente Institucional e Empreendedorismo no Brasil: Inter-relações no Século xxi* Institutional Environment and Entrepreneurship in Brazil: Inter-relations in the XXI Century.

Ferreira, L. B. G. R. (2023) Liberdade econômica e estrutura de capital: características bibliométricas na área de negócios, gestão e contabilidade. *Revista Gestão & Tecnologia*. v. 23, nº 2. p.273-293.

GALA, P. (2003). A teoria institucional de Douglass North. *Brazilian Journal of Political Economy*, 23(2), 276–292. <https://doi.org/10.1590/0101-31572003-0684>

García-Rodríguez, F. J., Gil-Soto, E., Ruiz-Rosa, I., & Gutiérrez-Taño, D. (2017). Entrepreneurial potential in less innovative regions: the impact of social and cultural environment. *European Journal of Management and Business Economics*, 26(2), 163–179. <https://doi.org/10.1108/EJMBE-07-2017-010>

Gomes, L. B., & Ferreira, R. (2023). Liberdade Econômica e Estrutura De Capital: Características Bibliométricas na Área de Negócios, Gestão e Contabilidade Economic Freedom And Capital Structure: Bibliometric Characteristics In The Area Of Business, Management And Accounting Libertad Económica y Estructura de Capital: Características Bibliométricas En El Área De Negocios, Gestión Y Contabilidad. In *Journal of Management & Technology* (Vol. 23, Issue 2).

Heritage Foundation. The Power of Economic Freedom. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/pages/report>. Acesso em 23 de fev 2025.

Ihlenfeld, S., Hall, J. C., & Zhou, Y. (2022). Economic Freedom, Capital, and Growth: Evidence from the States. In *American Business Review* (Vol. 25, Issue 1, pp. 25–35). Pompea College of Business, University of New Haven. <https://doi.org/10.37625/abr.25.1.25-35>

Khyareh, M. M., & Zamani, M. (2022). Economic Freedom, Entrepreneurship And Economic Growth: Evidence From Panel Data. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 27(4). <https://doi.org/10.1142/S1084946722500273>

Kreft, S. F., & Sobel, R. S. (n.d.). *Public Policy, Entrepreneurship, and Economic Freedom*.

Lepoutre, J., Justo, R., Terjesen, S., & Bosma, N. (2013). Designing a global standardized methodology for measuring social entrepreneurship activity: The Global Entrepreneurship Monitor social entrepreneurship study. *Small Business Economics*, 40(3), 693–714. <https://doi.org/10.1007/s11187-011-9398-4>

Metodología Global Entrepreneurship Monitor en Latinoamérica. BIBLIOMETRIA. (n.d.).

North, D. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic performance*, Cambridge University Press, Cambridge.

ÖZKUL, G. (2020). The Effect Of Economic Freedom On Entrepreneurship In Islamic Countries. *Mehmet Akif Ersoy Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi*, 7(Özel Sayı-Special Issue), 1046–1074. <https://doi.org/10.30798/makuiibf.806610>

Peci, A (2006). *A Nova Teoria Institucional em Estudos Organizacionais. Uma Abordagem Crítica*. Cadernos EBAPE.BR, FGV. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000100006>

Pinillos, M. J., & Reyes, L. (2011). Relationship between individualist-collectivist culture and entrepreneurial activity: Evidence from Global Entrepreneurship Monitor data. *Small Business Economics*, 37(1), 23–37. <https://doi.org/10.1007/s11187-009-9230-6>

Portal Gov. **Painel mapa de empresas**. [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 04 fev. 2025.

Roomi, M.A.; Saiz-Alvarez, J.M.; Coduras, A. Measuring. Sustainable Entrepreneurship and Eco-Innovation: A Methodological Proposal for the Global Entrepreneurship Monitor (GEM). *Sustainability* **2021**, 13, 4056. <https://doi.org/10.3390/su13074056> Academic Editors.

Sanal, M., & Efeoglu, I. E. (2013). A Research on Relationship of Institutionalization and Institutional Entrepreneurship. *International Review of Management and Marketing*, 3(2), 58–62. www.econjournals.com

Santos, F. O., Matos Júnior, J. E., Vieira, D. A., Cornélio, E. do A., & de Santana, F. B. (2020). Empreendedorismo Feminino Sob a Perspectiva da Estratégia como Prática e Teoria Institucional. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 12(3), 511–527. <https://doi.org/10.24023/futurejournal/2175-5825/2020.v12i3.512>

Sayed, O. A., & Abedelrahim, S. S. (2024). Economic freedom as a catalyst for entrepreneurship: an empirical analysis of GCC countries. *Cogent Business and Management*, 11(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2304374>

Schildt, H. A., Zahra, S. A., & Sillanpää, A. (2006). *Scholarly Communities in Entrepreneurship Research: A Co-Citation Analysis*.

Silva, Márcio Denis da. (2021). C. de Administração. (n.d.). *Universidade Federal Rural do Semi-Árido Pró-Reitoria de Graduação Departamento de Ciências Sociais Aplicadas*.

Smith, Adam. A riqueza das nações. tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v. 2.

Sobel, Russell S. (2005). Public Police, Entrepreneurship, and Economic Freedom. *Cato Journal*, 25, 595-616.

Souza, J. F. V. de, & Rosa, J. C. A. (2022). Lei da Liberdade Econômica: livre iniciativa e limitações ao intervencionismo estatal. *Prisma Juridico*, 21(2), 477–501. <https://doi.org/10.5585/prismaj.v21n2.22873>

Urbano, D., Orozco, J., & Turro, A. (2023). The effect of institutions on intrapreneurship: An analysis of developed vs developing countries. *Journal of Small Business Management*, 1–41. <https://doi.org/10.1080/00472778.2022.2161556>

Van de Ven, A. H. (1993). The development of an infrastructure for entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, 8(3), 211–230.

Woolley, J. (2017). Infrastructure for Entrepreneurship. In *Oxford Research Encyclopedia of Business and Management*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190224851.013.33>

Zhai, Q., & Su, J. (2019). A perfect couple? Institutional theory and entrepreneurship research. In *Chinese Management Studies* (Vol. 13, Issue 3, pp. 616–644). Emerald Group Holdings Ltd. <https://doi.org/10.1108/CMS-07-2017-0194>

Zhao, E. Y., & Li, Y. (2019). Broadening and Contextualizing the Institutional Theory in Entrepreneurship Research. In *Quarterly Journal of Management* (Vol. 4, Issue 2).